

"MAIS VELHO" QUE A SÉ DE BRAGA

Intervenção arqueológica na catedral bracarense: notícia preliminar*

Luís FONTES**

Francisco Sande LEMOS**

Mário CRUZ**

Resumo:

Apresenta-se aqui uma primeira leitura interpretativa dos dados arqueológicos, proporcionados pela intervenção arqueológica referenciada em epígrafe, efectuada entre 1996 e 1998. Tratou-se de mais uma acção de emergência inscrita no quadro do "Salvamento de Bracara Augusta", tendo sido determinada pela realização de obras de conservação e beneficiação da Sé de Braga, numa iniciativa do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR). Os trabalhos realizados permitiram identificar um vasto conjunto de vestígios arqueológicos, evidenciando uma longa ocupação do local, desde a transição da Era até à actualidade. Entre eles, destacam-se a descoberta de um troço da muralha romana, a definição de um grande edifício de plano basilical e dos alicerces da primitiva capela-mor românica, o achado de uma fossa de modelagem e fundição de sinos, bem como um significativo conjunto de sepulturas de vários tipos. Com base na informação proporcionada pelos dados arqueológicos, arquitectónicos e documentais, apresenta-se uma síntese das grandes etapas construtivas da Sé de Braga.

Palavras-chave:

Bracara Augusta; Muralha Romana; Macellum; Sé de Braga; Arquitectura Cristã Antiga; Modelagem e Fundição de Sinos; Etapas Construtivas.

1. INTRODUÇÃO

Ao longo de mais de dois anos, entre 1996 e 1998, e por iniciativa do Instituto Português do Património Arquitectónico, que assegurou o financiamento, a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, com a colaboração do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga, realizou trabalhos arqueológicos no interior da Sé de Braga¹ (Fig. 1).

Tratou-se de uma intervenção cujo objectivo principal foi minimizar o impacte das obras de drenagem do subsolo da catedral bracarense, uma das várias acções previstas no âmbito do projecto de beneficiação e restauro da Sé de Braga. As escavações arqueológicas restringiram-

* Este texto, aqui mais desenvolvido, tem por base a conferência apresentada em Maio de 1999 no "Sé de Braga. Encontro Conservação e Recuperação do Património" (FONTES *et al* 1999).

** Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

¹ Cabe aqui sublinhar a boa articulação estabelecida entre os diversos intervenientes no processo – direcção de escavações arqueológicas, direcção das obras (a cargo do Arq.to Humberto Vieira), IPPAR (representado pelo Arq.to João Carlos), Cabido da Sé (representado pelo Deão, Monsenhor Melo) e empreiteiro (Sr. Augusto de Oliveira Ferreira) – garantindo a satisfação dos distintos requisitos científicos, técnicos e institucionais que uma intervenção deste género exige.

-se, na sua quase totalidade, à decapagem, por equipas da especialidade, das valas para colocação dos tubos de drenagem do subsolo (valas com 0,70 metros de largura e uma profundidade média de 1,20 metros), elaborando-se um registo minucioso e rigoroso das estratigrafias, estruturas e espólios encontrados.

Desta regra "minimalista" de intervenção exceptuaram-se as áreas da capela-mor e do cruzeiro do transepto, onde os trabalhos arqueológicos se orientaram, duplamente, para o estudo da evolução arquitectónica daquela importante zona do templo cristão e para a criação de condições de visita às ruínas aí existentes, a maior parte das quais descobertas em anteriores escavações arqueológicas².

Sempre que necessário, designadamente perante a ocorrência de pavimentos com mosaicos, enterramentos bem conservados, paredes bem definidas, ou outras estruturas com interesse, fizeram-se alargamentos pontuais da área de escavação inicial. Quando o traçado das valas de drenagem ameaçava vestígios importantes, procedeu-se, em concordância com os arquitectos responsáveis, à alteração do seu traçado (Fig. 2).

Embora inicialmente se esperassem bons resultados, pois a riqueza arqueológica do subsolo bracarense é assaz conhecida, as descobertas proporcionadas por esta intervenção ultrapassaram as expectativas mais optimistas. Confirmando todas as referências documentais e bibliográficas à riqueza arqueológica do subsolo da catedral bracarense (GASPAR, 1985 e REAL, 1990), os trabalhos arqueológicos permitiram identificar importantes vestígios relacionados, quer com a ocupação romana do local, quer com a história arquitectónica do templo cristão e do conjunto dos edifícios associados, desde a Alta Idade Média até à actualidade.

Assim, antecipando o estudo monográfico em curso, apresenta-se a seguir um primeiro balanço dos resultados dos trabalhos arqueológicos efectuados na Sé de Braga, devendo ter-se em conta, contudo, tanto o carácter restritivo da síntese como a provisoriedade das interpretações e das cronologias propostas.

2. SÍNTESE DE RESULTADOS

Para além dos vestígios mais vulgares no subsolo do casco antigo da cidade de Braga, como sejam alicerces e paramentos de paredes, pavimentos e estratigrafias antrópicas de ocupação e abandono, de épocas diversas mas de contextualização complexa e difícil, por se identificarem apenas no exíguo espaço da vala de drenagem, importa destacar a descoberta de um troço da muralha romana que cercava *Bracara Augusta*, de restos de paredes e de pavimentos associáveis à longa ocupação romana desta zona da cidade, de alicerces de paredes correspondentes a várias fases do templo cristão e, ainda, de cerca de uma centena de sepulturas, testemunhando estas a importante função cemiterial desempenhada pela catedral bracarense.

Na justa medida em que constituem os melhores exemplos a que se pode recorrer para ilustrar as razões de ordem científica e de salvaguarda que determinaram a intervenção arqueo-

² Acções do extinto Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte, realizadas em 1989 e 1990 (RODRIGUES, ALFENIM e LEBRE 1990).

lógica, entendemos destacar, ainda que de forma sintética, quatro principais núcleos de vestígios, referindo, simultaneamente, as soluções preconizadas para a sua fruição.

2.1. TROÇO DE MURALHA ROMANA

Sob a torre de Nossa Senhora da Glória (a construção anexa à catedral mais a Norte do complexo) (Fig. 2), identificou-se uma poderosa estrutura pétreia com cerca de 5,8 metros de espessura. A massa pétreia granítica é formada por cascalho, calhaus e grandes blocos paralelepípedicos não afeixoados, que foram acumulados, de forma compactada, em camadas sucessivas, intercaladas por camadas de argamassa saibrosa de consistência variável. Os elementos maiores dispuseram-se, quase sempre, transversalmente (no sentido da largura do paredão) (Fig. 3).

Esta massa pétreia é limitada por dois paramentos faceados, dispostos paralelamente no sentido E/O. O do lado Norte, correspondente à face externa, é definido por silhares graníticos muito bem esquadriados, montados em fiadas horizontais regulares. Os silhares são paralelepípedicos, dispondo-se de topo, isto é, transversais ao miolo da estrutura (Fig. 4). O do lado Sul, correspondente à face interna, é definido por blocos graníticos poligonais com um lado faceado, montados em aparelho poligonal irregular. Este paramento aparece associado a um outro alinhamento que se desenvolve, paralelamente, no interior do miolo da estrutura, definindo uma espécie de parede com cerca de 0,9 metros de espessura. Deve notar-se, porém, que este alinhamento interior não define, aqui, um paramento contínuo em profundidade, pois é atravessado, de modo irregular, por elementos pétreos do enchimento que constitui o miolo da massa pétreia.

Pelas características construtivas, semelhantes às de estruturas de idêntica envergadura, detectadas em trabalhos arqueológicos na zona que vai do Hospital de S. Marcos às traseiras do convento da Imaculada Conceição (LEMOS *et al.*, 1998), interpreta-se esta estrutura como parte do tramo da muralha romana que envolvia *Bracara Augusta* pela banda Norte, numa implantação praticamente coincidente com o traçado sugerido pela generalidade dos investigadores que se têm debruçado sobre o assunto, desde o século XVIII.

A sedimentação associada à sua construção e utilização, em que relevam níveis de circulação exteriores, um primeiro térreo e outro posterior pavimentado com pedras, forneceu fragmentos cerâmicos com uma cronologia que se estende da segunda metade do século IV ao século VII – atestada, nomeadamente, por *sigillata* clara D e *sigillata* clara foceana (*Late roman C*), reportando-se, portanto, a uma ocupação compreendida entre o Baixo-Império e o domínio visigótico.

A existência de um paramento exterior de grande qualidade, bem como a proximidade de implantação da sede episcopal, são elementos que podem sugerir, como noutras cidades romanas com ocupação cristã medieval, a existência de uma importante porta da muralha nas proximidades e que, neste caso, daria ligação à via *Bracara – Lucus*, por *Limia* e *Tude*.

A documentação medieval sugere que o troço setentrional da muralha romana de *Bracara Augusta* incorpora o sistema defensivo medieval, ainda ao tempo da edificação da catedral românica, desactivando-se a partir de finais do século XII e inícios do século XIII com o alargamento da cerca medieval para Norte (MARQUES, 1986: 7-9). Este troço, junto à catedral, foi efectivamente desmantelado com a construção das capela e torre de Nossa Senhora da Glória, mandadas executar por D. Gonçalo Pereira, em 1332-34 (FERREIRA, 1930: 156).

Pelo seu elevado interesse científico e também pelo seu valor simbólico, a possibilidade de conservar estes vestígios visíveis foi ponderada positivamente, estando em curso a elaboração do projecto para a sua integração arquitectónica no interior da torre da capela de Nossa Senhora da Glória.

2.2. EDIFÍCIO ROMANO E TEMPLO CRISTÃO

Sob as actuais capela-mor e quadra central do transepto conservam-se partes significativas de paredes de alvenaria e/ou de silharia graníticas, algumas delas associadas a pavimentações térreas e de tipo *opus signinum* que se sobrepõem, evidenciando, assim, uma sequência ocupacional relativamente longa (Fig. 2, 5 e 6).

Aos mais antigos vestígios de ocupação, correspondentes a fossas escavadas na arena granítica e repletas de fragmentos de cerâmica, datáveis da transição da era cristã, como produções ditas "castrejas" de pasta micáceas ou "paredes finas" da época de Augusto, sobrepuseram-se paredes e pavimentos relacionados com a edificação de um quarteirão urbano, num momento que se poderá situar entre meados do século I e meados do século II, conforme atestam, entre outras, produções cerâmicas do tipo "bracarense", Terra Sigillata Hispânica do período Flaviano e ânforas Haltern 70 de produção local.

De funcionalidade desconhecida, existiu aqui um grande edifício, prolongando-se para a rua de Nossa Senhora do Leite, capela de S. Geraldo e naves da igreja, que ocuparia todo o quarteirão, atingindo, portanto, cerca de 33 x 33 metros. Poderia, assim, estar relacionado com um qualquer equipamento público, admitindo alguns autores que neste local teria existido um templo ou um mercado (GASPAR, 1985: 53-54). A recolha de restos osteológicos de animais, de peixes e de fragmentos cerâmicos de ânforas e de talhas, parece concordar com a hipótese do mercado.

Este quarteirão apresenta uma modulação de cerca de 33 x 33 metros, que, embora se aproxime daquela que parece ter sido aplicada em várias zonas da cidade, nomeadamente nas Carvalheiras e no ex - Albergue Distrital, mostra uma orientação ligeiramente divergente em relação à malha urbana romana (eixos com 2º mais para Norte), estabelecida pelos mais recentes estudos sobre esta matéria (MARTINS e DELGADO, 1989-90: 20-23).

Para além de remodelações intermédias, atestadas por repavimentações, este quarteirão terá sofrido uma profunda transformação entre finais do século III e inícios do século IV³, época em que terá passado a existir um edifício mais amplo, pavimentado com uma camada de *opus signinum*, com cobertura sustentada por pilares e porticado, pelo menos na fachada Este.

Em data posterior ao século IV (RODRIGUES, ALFENIM e LEBRE, 1990: 176), este edifício conheceu diversas remodelações, identificando-se um conjunto de elementos construídos que testemunham com clareza variações na organização funcional do espaço. Na parede meridional, que limita o pavimento de *opus signinum*, conserva-se uma ampla soleira de porta, com rasgos para encaixe do eixo e para batente da folha da porta, evidenciando um acentuado desgaste de uso. Este vão serviu uma ocupação ao nível do referido pavimento, sendo poste-

³ Em época posterior a Divo Cláudio (c. 270), como determina uma moeda deste imperador recolhida em camada de abandono que subjaz à remodelação construtiva.

riormente fechado; a metade superior da referida parede meridional, originalmente romana, foi completamente refeita; na banda NE do edifício conserva-se um bom pano de uma parede paralela à anterior, mas construída sobre o pavimento de *opus signinum*, parecendo alinhar por um dos pilares do edifício.

Sem quaisquer outros dados que permitam pormenorizar as características arquitectónicas e a organização funcional dos espaços relacionados com esta fase, para além da configuração genérica em três naves, fica em aberto a possibilidade do grande edifício romano do Baixo-Império ter sido transformado em templo, até porque os vestígios considerados aceitam a sua integração no modelo basilical paleocristão, que se difundiu pela Europa a partir dos séculos III e IV (HEITZ, 1987; KRAUTHEIMER, 1986) (Fig. 12).

Aparentemente, o modelo basilical, que se terá mantido, talvez com variações, até à organização alto-medieval do território bracarense (séculos IX-X), só veio a ser definitivamente rompido depois do ano 1000 com a edificação do templo românico. Cumpre destacar, porém, a permanência dos eixos estruturantes da malha urbana romana, patente no facto da mancha edificada do conjunto da catedral ocupar precisamente o espaço correspondente a dois quarteirões da cidade romana.

Limitadas a Este, a Sul e a poente por arruamentos, as edificações anexas da Sé, como o claustro, a capela dita dos Reis, a capela de S. Geraldo e a capela de Nossa Senhora da Glória, cresceram para Norte, ocupando precisamente o antigo espaço público que corresponderia ao *intervallum* da cerca romana.

Na metade poente da capela-mor, compreendidos entre os alicerces das paredes da capela mandada edificar pelo bispo Diogo de Sousa (que é a actual), conservam-se significativos troços dos alicerces que consideramos terem servido uma edificação pré-românica da catedral. Como elemento caracterizador deve notar-se que estes sólidos alicerces foram construídos com recurso a grandes silhares "almofadados", reaproveitados de construções romanas, tal como se fez nos embasamentos dos pilares românicos das naves e como o próprio construtor da obra de D. Diogo de Sousa acabou por fazer (aliás, neste último caso, incorporando elementos arquitectónico-decorativos da edificação pré-românica)⁴.

É com estes alicerces que se associa o adossamento semicircular feito no topo nascente do espaço, o qual sobrepõe ou rasga parcialmente o antigo pavimento de *opus signinum*, encostando por nascente à parede que o limita, parede de origem romana. Esta evidência construtiva sugere uma solução arquitectónica do tipo ábside semi-circular inscrita em maciço quadrado, o que é considerado característico da arquitectura pré-românica, designadamente das construções moçárabes dos séculos IX-XI (ALMEIDA, 1986: 124-125). O cuidado colocado no recorte do pavimento de *opus signinum* para implantação das paredes, bem como alguns remendos, sugerem que se pretendia que esse pavimento continuasse a servir esta edificação.

A articulação desta ábside com o corpo da igreja não é ainda muito clara, mas poderá correlacionar-se com o alicerce de parede que fecha a metade meridional do transepto. A

⁴ Esta interpretação não é coincidente com a de Manuel Luis Real (1990: 441-442), que considerou o alicerce da capela-mor mandada construir por D. Diogo de Sousa como restos de uma ábside do século X. Deve notar-se que na altura das suas observações ainda não eram perceptíveis os alicerces interiores evidenciados com os recentes trabalhos arqueológicos.

admitir-se esta correlação, poderia colocar-se a hipótese de o projecto românico ter sido antecedido de um templo de três naves e capela-mor projectada para nascente, obra que, provavelmente, nunca se terá concretizado.

Na ausência de outros elementos datáveis, a cronologia para esta edificação pré-românica poderá ser dada, para além das características moçárabes da ábside, pelo contexto histórico da segunda metade do século X e primeira metade do século XI, época de múltiplas movimentações políticas em torno da restauração das cidade e diocese de Braga.

O projecto românico da catedral de Braga, na sua fase inicial atribuível ao bispo D. Pedro, e que comportaria um transepto de três naves (REAL, 1990: 457 e 472), mas posteriormente reduzido, ao longo do século XII (COSTA, 1997: 322; REAL, 1990: 477-485), para a configuração que actualmente mantém, ter-se-á sobreposto à anterior construção, mantendo o alinhamento da cabeceira e aproveitando mesmo a sua capela-mor (Fig. 13).

Esta leitura da evolução arquitectónica da catedral bracarense decorre não apenas do carácter reconstrutivo que se deduz da documentação coeva, mas também dos dados arquitectónico-arqueológicos evidenciados, designadamente ao nível dos alicerces e paramentos subsistentes da edificação românica.

A sobreposição do desenho do século XVIII da cabeceira da Sé de Braga, atribuído a João Antunes (REAL, 1990: 508 – fig. 36), ao levantamento recente da planimetria da Sé de Braga, incluindo as ruínas arqueológicas da cabeceira, permite restituir a cabeceira românica, que se verifica coincidir quase milimetricamente com os alicerces que se vêm referenciando. Esta sobreposição aponta igualmente no sentido da existência de um primeiro projecto de maior amplitude, mas, por outro lado, a ausência de evidências arqueológicas relacionadas com um transepto de três naves poderá significar que a sua construção nunca terá passado do projecto.

Pelo seu elevado interesse científico, pelo seu valor simbólico e também pela sua inequívoca monumentalidade, a que acresce a singularidade de em tão pequeno espaço se conservarem os restos relativos a cerca de 2000 anos de história, considerou-se importante manter a descoberto as ruínas desta zona da capela-mor e cruzeiro do transepto, possibilitando a sua visita – cumprir-se-á assim a ideia de aumentar o valor monumental da Sé de Braga, que é já, ela própria, um Monumento visitado por milhares de pessoas.

A solução arquitectónica escolhida configurou uma espécie de cripta, que garante a celebração normal do culto e a organização litúrgica do espaço ao nível da superfície. No que respeita à fruição das ruínas arqueológicas, serão garantidas as necessárias condições de conservação e de apoio à sua leitura por não especialistas.

2.3. ENTERRAMENTOS

Os trabalhos arqueológicos realizados na Sé de Braga possibilitaram identificar cerca de uma centena de enterramentos, a maior parte deles localizados no interior do templo, mas alguns no exterior. Tal facto não é de estranhar, pois a prática cristã da *tumulatio ad sanctos*, isto é, a tumulação junto dos mártires, frequentemente no interior das igrejas ao abrigo dos santos, sobretudo no aro das cidades, pode remontar ao século V, registando-se a partir dos séculos IX-X uma mudança para a *tumulatio appud ecclesia*, fixando-se progressivamente a

prática de enterrar no adro envolvente das igrejas paroquiais, embora se continuassem a fazer enterramentos no interior dos templos, mas agora já com um carácter de excepção (BARROCA, 1987: 21-27). A partir do século XVI e ainda mais intensamente a partir do século XVIII, generalizaram-se novamente os enterramentos no interior dos edifícios de culto.

Embora nesta intervenção não se tenha evidenciado, de modo arqueologicamente relevante, uma prática funerária paleo-cristã, ficou amplamente confirmada a função cemiterial desempenhada pela catedral bracarense durante toda a Idade Média e Época Moderna, prática que justificou, no século XVIII, um ordenamento cuidado, materializado na construção de jazigos abertos no pavimento de todos os tramos das naves laterais.

Do conjunto das sepulturas encontradas escavaram-se 66, umas parcialmente e outras na totalidade, patenteando uma diversidade tipológica comum nas igrejas do Noroeste português, desde simples enterramentos "despersonalizados" em covas abertas na terra, com ou sem ataúde, até à estruturação mais ou menos cuidada de caixas pétreas ou utilização de sarcófagos monolíticos, (Fig. 7) reveladora de uma diferenciada monumentalização da morte, a par de uma personalização que se expressa de forma consciente nas inscrições gravadas nas paredes dos cenotáfios ou nas tampas de sarcófagos.

Neste universo funerário da Sé de Braga, que os trabalhos arqueológicos possibilitaram recuperar, destacam-se 6 sarcófagos monumentais que se retiraram do subsolo da catedral e da capela de S. Crispim (também dita "dos reis"): cinco antropomórficos em granito, dos quais 4 de época medieval (Fig. 8); outro já da transição para a época moderna e um "tipo banheira" em mármore, paleo-cristão (reaproveitado para um enterramento moderno). Encontram-se depositados no pátio fronteiro à capela de S. Geraldo, devendo futuramente integrar o núcleo museológico da catedral bracarense.

Na sacristia grande recolheu-se, do interior do jazigo destinado ao arcebispo João de Sousa (1696-1703), a arca tumular onde, em 1511, se fizeram recolher os restos osteológicos do arcebispo João de Soalhães, como atesta a inscrição epigrafada na face da caixa granítica, onde se lê: hUC ◊ TRANSLATA ◊ SUNT ◊ / OSSA ◊ D(omi)NI ◊ IOANNIS ◊ DE ◊ SOELI / AES ◊ ARCHIEPI(scopi) ◊ BRACAREN / SIS ◊ ANNO ◊ SALUTIS ◊ ISII ◊ (FERREIRA 1930: 120-122). Encontra-se agora depositada na actual capela funerária da catedral.

Justifica ainda uma referência especial, pelo seu interesse paleográfico, a inscrição medieval reutilizada numa caixa sepulcral formada por lajes graníticas bem afeixoadas, encontrada no subsolo da capela de S. Geraldo. Ocupando toda a largura da laje granítica colocada aos pés, pode ler-se: HIC CINISE [...] / PRESUL HON(estus) [...] / VIR PROB(us) ET [...] / VIX ERITAT [...] / Q(uod) MODESTUS [...]. De acordo com Mário Barroca, a quem se deve também a leitura, trata-se de parte de um epitáfio, datável do século XI, de um personagem ilustre, embora desconhecido (Fig. 9).

2.4. FOSSA DE MODELAGEM E FUNDIÇÃO DE SINOS

No subsolo da nave lateral Norte, próximo da passagem para o claustro, foi colocada a descoberto uma fossa solidamente estruturada com paredes de alvenaria, com mais de 1,5 metros de profundidade. De forma aproximadamente elíptica, conserva no seu interior vestígios

significativos de moldes de fundição e de restos metálicos (Fig. 2, 10 e 11).

Pelas características construtivas, pela forma de implantação e pelos materiais conservados no seu interior, esta estrutura encontra paralelos bastante aproximados nas fossas de modelagem e de fundição de sinos identificadas em inúmeras igrejas da Europa (DONATI, 1981: 37-50; LE MAHO, 1990: 24-25). Com base nestes elementos, considera-se que esta fossa se destinou também a modelar e fundir sinos, estando já confirmadas por análises laboratoriais que as escórias metálicas recolhidas revelam "composições típicas de bronzes para sinos"⁵.

A cronologia relativa, estabelecida a partir da estratigrafia, permite-nos apontar para a construção e utilização desta fossa um momento situado entre finais do século XV e finais do século XVI. Seria interessante se se pudesse comprovar que esta estrutura está relacionada com os sinos que o arcebispo D. Diogo de Sousa mandou fazer em 1525 para a catedral bracarense, conforme registou o cónego Tristão Luís: "Mandou fazer um signo grande e outro da terça e a campa com que se destange que quebrarão." (COSTA, 1993: 100).

A sua localização no interior do templo não é anómala. Por razões de ordem técnica, como seja a proximidade das torres para onde teriam que ser levantados, e por motivos de segurança e controle, que visavam garantir o cumprimento escrupuloso do contrato estabelecido entre a Mitra e/ou o Cabido com o mestre sineiro fundidor, a instalação das fossas de modelagem e fundição de sinos faziam-se quase sempre no interior das igrejas.

Pelo valor específico desta estrutura, pelo seu significado no contexto da rica história construtiva da Sé de Braga e finalmente porque existe a intenção de instalar, em edifício anexo à catedral, um Museu do Sino, a direcção das escavações arqueológicas, a direcção da obra e o Cabido acordaram em conservar este achado visível. Para o efeito foi necessário, nessa zona, alterar o traçado da drenagem e introduzir modificações, já realizadas, nos suportes do pavimento. O projecto de integração arquitectónica está em curso.

3. AS GRANDES ETAPAS CONSTRUTIVAS

Antiquíssima sede de metrópole eclesiástica, ainda hoje honorificamente titulada "Primaz das Hespanhas", não é de estranhar que a arquitectura da Sé de Braga seja o reflexo, de forma mais ou menos significativa, das iniciativas construtivas do Arquebispcado ou do Cabido, veiculando umas e outras, com maior ou menor qualidade, frequentemente com desfasamentos temporais, os grandes movimentos artísticos e estilísticos que, periodicamente, se estenderam por toda a Europa ocidental.

Assim, numa tentativa de síntese integradora e cruzando dados arqueológicos, arquitectónicos e documentais⁶, isolamos as principais fases construtivas do edificado, propondo agora uma visita de larga diacronia ao espaço actualmente ocupado pela catedral de Braga. Começa-

⁵ Análises feitas no Laboratório de Análises Químicas da TecMinho / Azurém, sob supervisão de Fernando Castro – *Relatório LMT 06 / 98*.

⁶ Muitos outros autores se debruçaram já sobre a catedral de Braga, ensaiando caracterizações da evolução arquitectónica e ensaios sobre os diversos estilos artísticos nela patenteados. Destacamos, entre outros, os estudos de Manuel d'Aguiar BARREIROS (1989[1922]), de Albeto FEIO (1923), de Helena Maria de Araújo de Carvalho MATOS (1958-59 e 1962), de Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA (1978 e 1986) e de Manuel Luís REAL (1990).

remos pelos primórdios da ocupação romana, avançando progressivamente até às transformações mais próximas de nós no tempo.

3.1. SÉCULOS I-II / III-IV

Embora se identifique uma ocupação já à época de Augusto, os vestígios mais coerentes, associáveis à existência de um quarteirão urbano, datam-se de um momento que se poderá situar entre meados do século I e meados do século II. Tal como admitem alguns autores, tendo por referência uma perdida inscrição romana dedicada aos deuses MACELLI, (GASPAR, 1985: 53-54) e como parecem indiciar os dados recolhidos, poderá tratar-se de um edifício público correspondente a um *macellum*, isto é, um mercado.

Para além de remodelações intermédias, atestadas por repavimentações, este quarteirão terá sofrido uma profunda transformação entre finais do século III e inícios do século IV, época em que terá passado a existir um edifício mais amplo, pavimentado com uma camada de *opus signinum*, com cobertura sustentada por pilares e porticado pelo menos na fachada Este. Poucos metros a norte deste edifício ergueu-se, na mesma altura, a sólida muralha que passou a de-fender a cidade romana.

3.2. SÉCULOS IV-V / X-XI

Em data posterior ao século IV, um complexo edifício de fundação romana, localizado no subsolo da actual catedral, conheceu diversas remodelações. A mais significativa aponta para a definição de um amplo edifício rectangular, orientado Este-Oeste, pavimentado com uma sólida argamassa, tipo *opus signinum*, associado a paredes divisórias interiores, pilares e uma soleira de porta, rasgada na fachada Sul. A expressão planimétrica deste conjunto de vestígios parece configurar um edifício organizado em três naves, aceitando-se a sua integração num modelo basilical paleocristão (Fig. 12).

No mesmo sentido da existência de um templo cristão neste período parecem convergir os dois sarcófagos de mármore aqui recolhidos, de tipologia paleocristã e oriundos provavelmente de oficinas escultóricas do sul peninsular e sul da Gália, bem como o achado de *tesselae* de vidro, comuns na decoração musiva parietal dos templos cristãos da área de Ravenna-Milão, uns e outras frequentes nos séculos V e VI.

Este edifício terá conhecido uma ocupação que se poderá prolongar até aos séculos X-XI, com uma eventual primeira remodelação/adaptação nestes últimos séculos, sendo demolido para dar lugar à nova catedral de Braga, obra que se considera ter sido iniciada com o bispo D. Pedro.

3.3. SÉCULOS XI-XIII

O projecto românico da catedral de Braga, na sua fase inicial atribuível ao bispo D. Pedro (1071-1091?), e que comportaria, para alguns autores, uma cabeceira com sete capelas e talvez um transepto com três naves (REAL, 1990: 455 e sgs.), mas para outros uma edificação mais modesta (ALMEIDA, 1978: 201), foi reduzido, ao longo do século XII, para a configuração que actualmente mantém (Fig. 13).

A sua edificação, plena de vicissitudes, entre as quais cabe sempre referir a demolição compulsiva executada pelos maiorinos de D. Teresa, em 1109-1110, ou a reedificação das torres da fachada, mandada fazer por D. Afonso Henriques na sequência do violento terramoto de 1135, prolongou-se pelo menos até finais do século XII.

Do que subsiste da edificação levantada de acordo com os cânones da arquitectura românica relevam: os pilares e arcos torais das naves; os restos do portal principal e o átrio contíguo; a chamada "porta-do-sol", que deveria corresponder ao portal do transepto Sul; o absídolo setentrional da cabeceira, agora exterior ao templo; e algumas cachorradas que suportam as cornijas. Embora muito alterada, data desta fase a capela dita de S. Geraldo (1096-1108), que este bispo mandou construir, consagrando-a então a S. Nicolau (FERREIRA, 1928: 226).

O claustro românico é que parece nunca ter sido verdadeiramente completado no seu desenho inicial, pois documentam-se obras de modo continuado, como as empreendidas em 1214 pelo arcebispo D. Estêvão, na sequência das quais se remodela a capela de S. Geraldo, devendo datar desta época a edícula de arco ogival trilobado que passou a integrar a entrada (FEIO, 1923: 25; COSTA, 1990: 313-314).

Cabe aqui salientar que esta edificação dos séculos XI-XII, rompeu definitivamente com as planimetria e estruturação de espaços das construções anteriores, o que poderá explicar-se, numa primeira leitura, tanto com a vinculação das novas arquitecturas de locais de culto cristão às inovações litúrgicas decorrentes da reforma gregoriana de finais do século XI, como com a necessidade de romper com um passado de contornos político indefinidos e de marcar, de modo simbólico, o advento de uma nova era, neste caso emulando o novo poder político condal.

3.4. SÉCULOS XIV

O século XIV surge-nos como uma época em que, aparentemente, os prelados bracarenses investiram na conclusão do projecto da catedral, designadamente através da remodelação construtiva de edifícios anexos, como aconteceu nos finais do século XIV com a capela funerária de D. Lourenço Vicente, chamada de Nossa Senhora do Livramento, de S. Crispim ou "dos reis", a qual veio substituir a primitiva, de invocação de S. Lucas (FERREIRA, 1930: 222; BARREIROS, 1989: 86); ou como aconteceu também com a capela tumular, dedicada a S. Martinho, mandada edificar pelo arcebispo João de Soalhães (1313-1325), posteriormente adaptada a sacristia por iniciativa de D. Diogo de Sousa, edificação que ocupava o local da actual sacristia capitular (FERREIRA, 1930: 120-122).

Mas o século XIV é também o século em que, com a edificação das capela e torre de Nossa Senhora da Glória, mandadas construir por D. Gonçalo Pereira entre 1332 e 1334 (FERREIRA, 1930: 156), o conjunto da catedral atinge o limite de expansão para Norte, sobrepondo-se à antiga muralha romana de Bracara Augusta, que então constituiria ainda uma barreira visível.

Ao século XIV reporta-se ainda uma outra intervenção de vulto, a construção de um novo claustro, como se refere em documento de 1343 (REAL, 1990: 458, nota 54)⁷, o qual obede-

⁷ Será este o claustro que em 1449 continua significativamente a identificar-se como "claustro novo" e que era descrito ainda no século XVIII como sendo de "architectura gothica" ? (BARREIROS 1989: 79).

ceria a um estilo gótico, como atestam alguns dos capitéis recolhidos no pátio do claustro dito de Santo Amaro (Fig. 14).

3.5. SÉCULOS XV-XVI

Devem-se ao arcebispo D. Diogo de Sousa (1505-1532), a quem também se reconhece um importante papel na reestruturação urbana que Braga conheceu durante a sua vigência, algumas das mais significativas intervenções na catedral⁸ (Fig. 15).

Entre todas, sobressai a reconstrução, a fundamentis, da capela-mor, concluída em 1509, como assinala a epígrafe colocada sob a edícula que no exterior abriga a imagem de Nossa Senhora do Leite. A capela-mor medieval foi substituída por outra mais ampla e luminosa, de desenho "gótico-manuelino", em que sobressai a armação floreada da abóbada, no interior, e a extraordinária decoração rendilhada do exterior, expressa nos coruchéus, arcobotantes, colunelos, gradeamentos e cornijas de granito profusamente esculpturados.

Deve-se ainda a este arcebispo o restauro do que restaria do claustro românico, para o qual abria a capela de S. Geraldo (FEIO, 1923: 23-24; COSTA, 1993: 101) e a decoração exterior, com elementos escultóricos, da galilé, a qual havia sido mandada edificar pouco tempo antes por D. Jorge da Costa (1486-1501). Com esta obra destruiu-se quase toda a pintura mural que então envolvia as arquivoltas românicas do portal, decoração atribuível ao terceiro quartel do século XV (AFONSO, 1996: 64).

A fachada da catedral deveria então assemelhar-se aquela que está representada no baixo-relevo, esculpido na fachada da capela de S. Lourenço, na Quinta da Ordem, junto ao antigo caminho que seguia de Braga para Dume (FONTES, 1993: 43) (Fig. 16).

3.6. SÉCULOS XVII/XVIII E XIX

Do vasto conjunto de intervenções que a Sé de Braga conheceu no decurso das épocas contemporânea e moderna (Fig. 17), de qualidade pouco elaborada, destacam-se:

- ao arcebispo João de Sousa (1696-1703), atribui-se a construção da nova sacristia, edificação imponente que passa a dominar a fachada Sul da catedral (FERREIRA, 1932: 214). Para este mesmo período conhece-se uma interessante planta da cabeceira da catedral, atribuída a João Antunes, na qual se desenham ainda parte das capelas laterais medievais, com ábside semi-circular;
- a construção da cúpula do cruzeiro do transepto e do coro alto e a remodelação, incluindo as torres, da fachada principal, obras atribuídas ao arcebispo Rodrigo de Moura Teles (1704--1728), que antes já havia refeito todo o interior da capela de S. Geraldo (FERREIRA, 1932: 265-268);
- a reconstrução do claustro, realizada entre 1817 e 1823 (BARREIROS, 1989: 79; REAL, 1990: 459, nota 54).

⁸ Para a cronologia das intervenções de D. Diogo de Sousa na catedral ver o "Memorial das obras que mandou fazer D. Diogo de Sousa", escrito pelo Cónego Tristão Luis entre 1532 e 1560 (COSTA 1993: 98 e sgs.).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de mais de dois anos acumulou-se uma significativa quantidade de informação⁹, que constitui já um importante património científico e que possibilitará, num futuro que se deseja próximo, avançar no conhecimento da história da catedral e do sítio onde se implantou, tanto mais quanto se conta com o contributo de diversos especialistas, assegurando-se a interdisciplinaridade que os estudos arqueológicos exigem¹⁰. Por esta razão, é legítimo prever que, nos próximos anos, a Sé de Braga vai conhecer um substancial enriquecimento de múltiplos aspectos da sua história.

Mais do que resultados definitivos, nesta breve síntese apresentaram-se algumas hipóteses interpretativas e traçaram-se algumas das linhas que irão orientar as investigações futuras.

Com a descoberta de parte da muralha romana, o traçado setentrional do perímetro muralhado da cidade romana deixou de ser uma conjectura, passando a ser uma evidência arqueologicamente demonstrada. Renovam-se, assim, as perspectivas sobre o conhecimento da evolução romana e alto-medieval dos espaços urbanos e das cercas que os defenderam.

Por outro lado, ficou bem estabelecida a longa ocupação do local onde se implanta a catedral bracarense, ocupação indubitavelmente vinculada ao culto cristão, pelo menos desde os séculos IX-X. A partir desta altura, a Sé de Braga passa a polarizar o ordenamento urbano, fixando um modelo que só começaria a ser alterado nos séculos XVI e XVII, com a efectiva expansão da cidade para o exterior da cerca medieval.

Pode bem dizer-se que a percepção do Tempo e da História, que a sabedoria popular plasmou no dito "mais velho que a Sé de Braga", encontra nas materialidades que a Arqueologia colocou a descoberto uma nova e objectiva fundamentação. Ao mesmo tempo, ao surgirem como elementos recentemente "acrescentados", os vestígios arqueológicos sustentam que se possa dizer agora, no fim da intervenção de vulto de que foi objecto, tão novo como a Sé de Braga. Que isso tenha sido possível neste fim de século, é também, com certeza, sinal de se estar perante uma Igreja Nova.

Braga, Outubro de 2000.

⁹ A documentação gráfica e fotográfica encontra-se depositada na Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. Os achados cerâmicos e metálicos encontram-se temporariamente depositados, para tratamento preliminar, no Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa, devendo parte deles integrar, posteriormente, as reservas e colecções do Museu da Sé de Braga. Os achados osteológicos e líticos encontram-se depositados nas dependências da catedral. Existem cerca de 500 desenhos à escala 1:20 (plantas, perfis, secções e alçados), cerca de 4000 fotogramas (2000 em diapositivo e 2000 em negativo) e aproximadamente 16 horas de imagem vídeo. A esta documentação acrescem os achados recolhidos, com mais de duas centenas de numismas, 6 sarcófagos, 7 monumentos epigráficos, diversos elementos arquitectónico-decorativos avulso e mais de 30000 fragmentos de cerâmica. Os desenhos de estruturas arqueológicas que acompanham este texto foram tratados por Knor Rocha, Alfredo Barbosa e Eurico Machado e os modelos planimétricos 3D da catedral por Miguel Fonseca, todos da Unidade de Arqueologia.

¹⁰ Nas áreas de antropologia física e de numismática medieval, os estudos são da responsabilidade de, respectivamente, Teresa Lemos de Araújo e Mário Barroca. A numismática romana ficou a cargo de Maria Zabaleta Estevez. Para questões relacionadas com arquitectura romana e medieval conta-se com a colaboração de, respectivamente, Theodor Hauschild e Manuel Luis Real.

BIBLIOGRAFIA

- AFONSO, Luis (1996) – As Pinturas Murais (séc. XV) do Pórtico Axial da Sé de Braga, *Minia*, 3.ª série, 4, ASPA, Braga, pp. 51-76.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1978) – Arquitectura Românica de Entre Douro e Minho, Tese de Doutoramento (policopiada), Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1986) – História da Arte em Portugal. 2 – Arte da Alta Idade Média, Alfa, Lisboa.
- BARREIROS, Manuel d'Aguiar (1989) – A Catedral de Santa Maria de Braga, (edição fac-similada, 1.ª ed. 1922), Sólivros de Portugal, Braga.
- BARROCA, Mário Jorge (1987) – Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre-Douro-e-Minho (séculos V a XV), Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, (policopiado).
- COSTA, Avelino de Jesus da Costa (1990) – Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae, (ed. crítica), Tomo III, Junta Distrital de Braga, Braga.
- COSTA, Avelino de Jesus da Costa (1993) – D. Diogo de Sousa. Novo Fundador de Braga e grande Mecenas da Cultura, Academia Portuguesa da História, Braga, pp. 15-118, (separata de "Homenagem à Arquidiocese Primaz nos 900 Anos da Dedicção da Catedral").
- COSTA, Avelino de Jesus da Costa (1997) – O Bispo D. Pedro e a Organização da Arquidiocese de Braga, (2.ª ed., refundida e ampliada), I, Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, Braga.
- DONATO, Pierangelo (1981) – Il Campanato, ti – Quaderni d'informazione 8, Dipartimento dell'Ambiente / Ufficio e Commissione Cantonale dei monumenti storici, Bellinzona, pp. 51-125.
- FEIO, Alberto (1923) – A Catedral de Braga e A Capela dos Coimbras. Itens contra os erros e fantasias do Sr. P.ª Manuel d'Aguiar Barreiros, Tip. do Arquivo Distrital, Braga.
- FERREIRA, José Augusto (1928) – Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga (séc. III – séc. XX), Tomo I, Mitra Bracarense, Braga.
- FERREIRA, José Augusto (1930) – Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga (séc. III – séc. XX), Tomo II, Mitra Bracarense, Braga.
- FERREIRA, José Augusto (1932) – Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga (séc. III – séc. XX), Tomo III, Mitra Bracarense, Braga.
- FONTES, Luis Fernando de Oliveira (1993) – Inventário de Sítios e Achados Arqueológicos do Concelho de Braga, *Minia*, 3ª série, 1, ASPA, Braga, pp. 31-88 (+ mapa).
- FONTES, Luis de Oliveira; Lemos, Francisco S.; Martins, Manuela; Delgado, Manuela; Cunha, Armandino e Cruz, Mário (1999) – Tão Velho como a Sé de Braga: primeiros resultados da intervenção arqueológica, Actas do "Encontro Conservação e Recuperação do Património – Sé de Braga", IPPAR, Lisboa (no prelo).
- GASPAR, Alexandra (1985) – Escavações Arqueológicas na Rua de N.ª S.ª do Leite, Cadernos de Arqueologia, Série II, 2, Unidade Arqueologia – Museu D. Diogo de Sousa, Braga, pp. 51-125.
- HEITZ, Carol (1987) – La France Pre-Romane. Archéologie et architecture religieuse du Haut Moyen Age du IV^e siècle à l'an Mille, Éditions Errance, Paris.
- KRAUTHEIMER, Richard (1986) – Early Christian and Byzantine Architecture, (4.ª ed.), Yale University Press.
- LE MAHO, Jacques (1990) – La Cathedral Primitive de Rouen, Les Dossiers d'Archeologie, 144, Fontaine-les-Dijon, pp. 18-25.
- LEMOS, Francisco S.; Martins, Manuela; Fontes, Luis; Leite, José M.F. e Cunha, Armandino (1998) – A redescoberta da muralha romana e suévica-visigótica de Braga, FORUM, 24, Universidade do Minho, Braga, pp. 11-25.
- MARQUES, José (1986) – O Castelo de Braga (1350-1450), *Minia*, Série II, 8, ASPA, Braga, pp. 5-34.
- MARTINS, Manuela e DELGADO, Manuela (1989-90) – História e Arqueologia de uma cidade em devir, Cadernos de Arqueologia, Série II, 6,7, Unidade Arqueologia – Museu D. Diogo de Sousa, Braga, (1993), pp. 11-38.
- MATOS, Helena Maria de Araújo de Carvalho Matos (1958-59) – Estudo sobre a Sé de Braga, Bracara Augusta, IX-X, n.º 1-4 (39-42), Câmara Municipal de Braga, Braga, pp. 168-213.
- MATOS, Helena Maria de Araújo de Carvalho Matos (1962) – Estudo sobre a Sé de Braga, Bracara Augusta, XIII, n.º 1-2 (47-48), Câmara Municipal de Braga, Braga, pp. 331-382.
- REAL, Manuel Luis (1990) – O projecto da Catedral de Braga, nos finais do século XI, e as origens do românico português, Actas IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga (Congresso Internacional), vol. I, Faculdade Teologia – Cabido de Braga, Braga, pp. 435-489.
- RODRIGUES, Miguel C.L.B.; ALFENIM, Rafael A.E. e LEBRE, Anabela G. (1990) – Escavação arqueológica de emergência no cruzeiro do transepto da Sé de Braga, notícia preliminar, Actas IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga (Congresso Internacional), vol. I, Faculdade Teologia – Cabido de Braga, Braga, pp. 173-188.

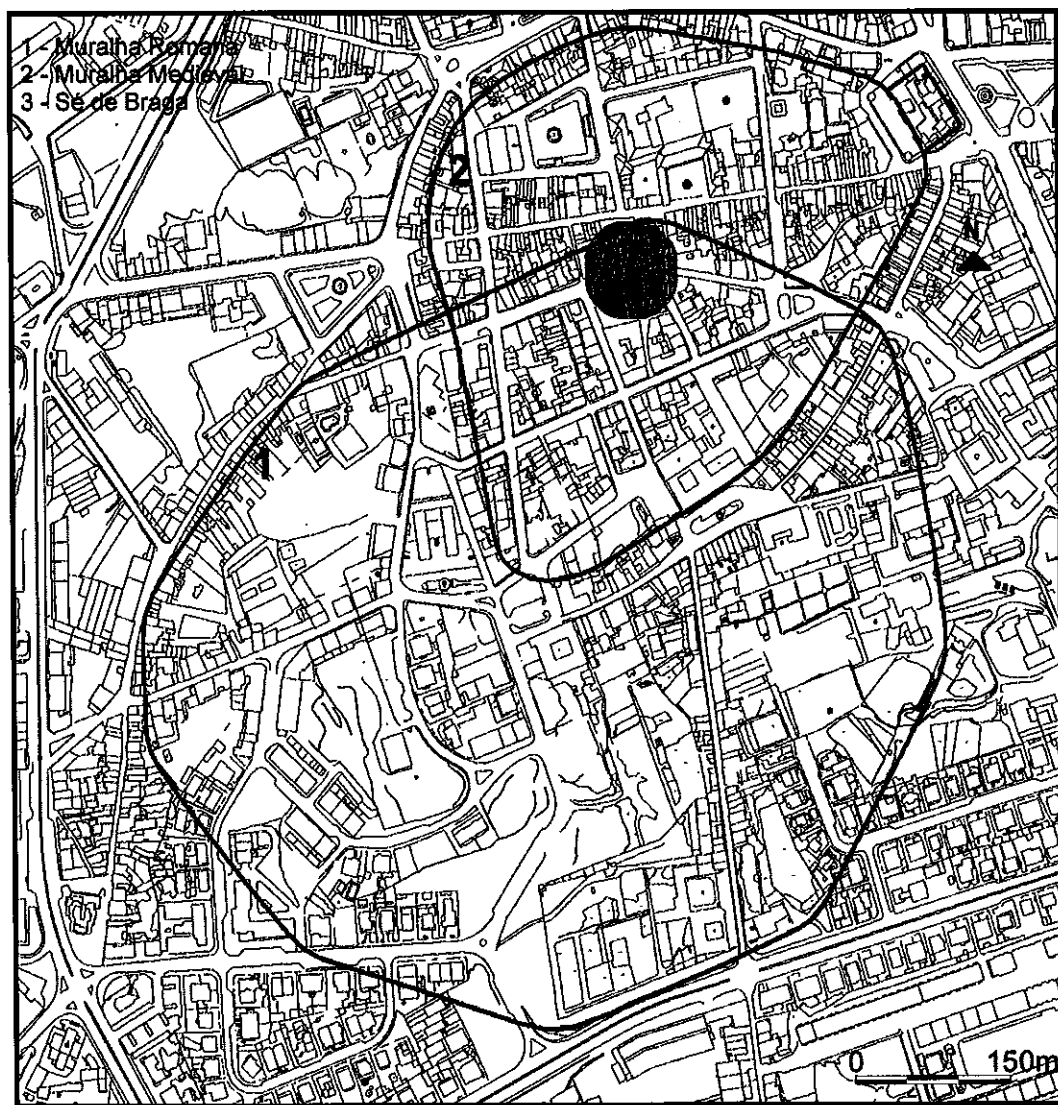
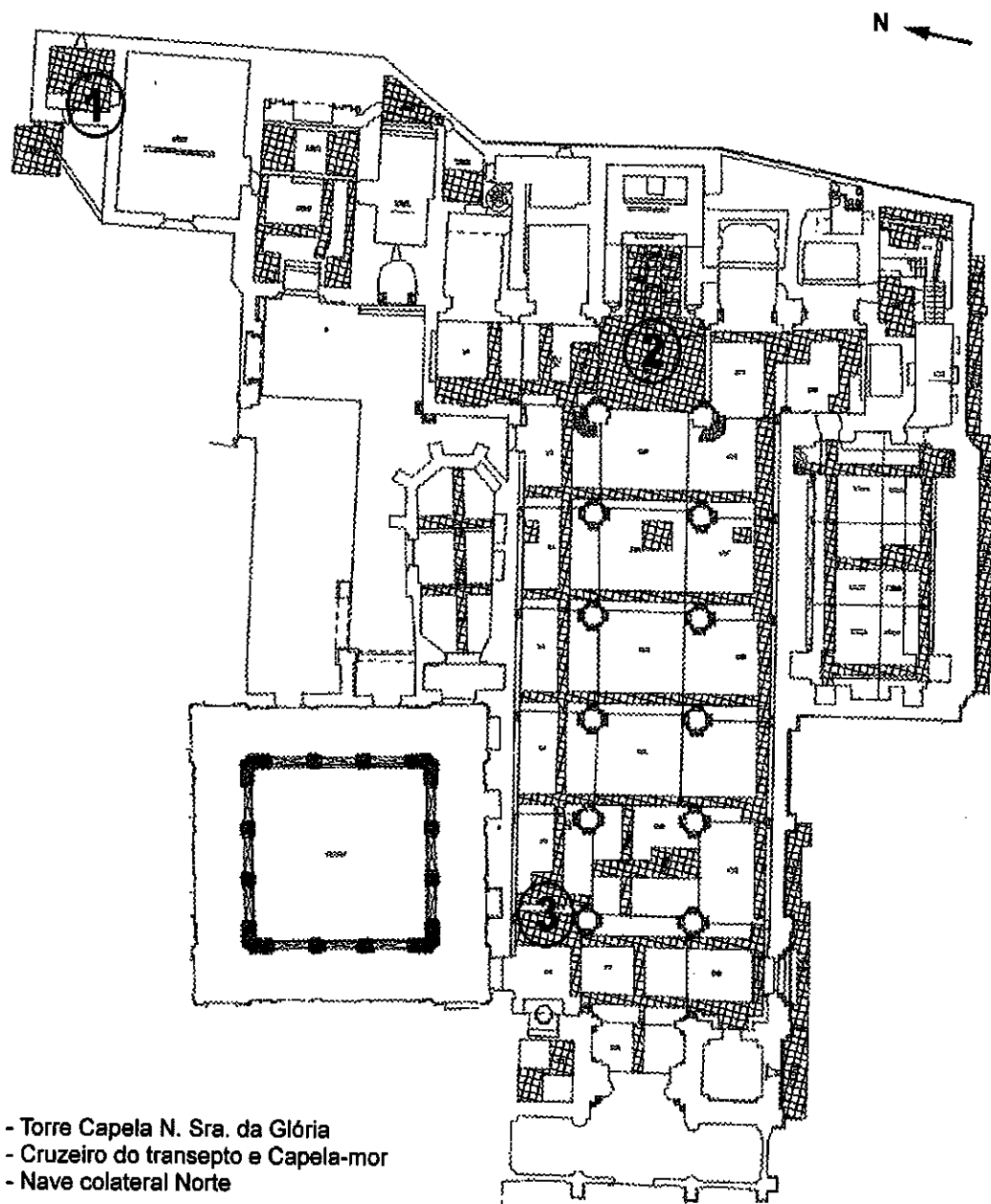


Fig. 1 - Planta de Braga com localização da Sé Catedral e indicação dos traçados das muralhas romana e medieval.



- 1 - Torre Capela N. Sra. da Glória
- 2 - Cruzeiro do transepto e Capela-mor
- 3 - Nave colateral Norte

Fig. 2 - Planta da Sé de Braga com indicação das zonas de escavação arqueológica e localização dos principais núcleos de vestígios.

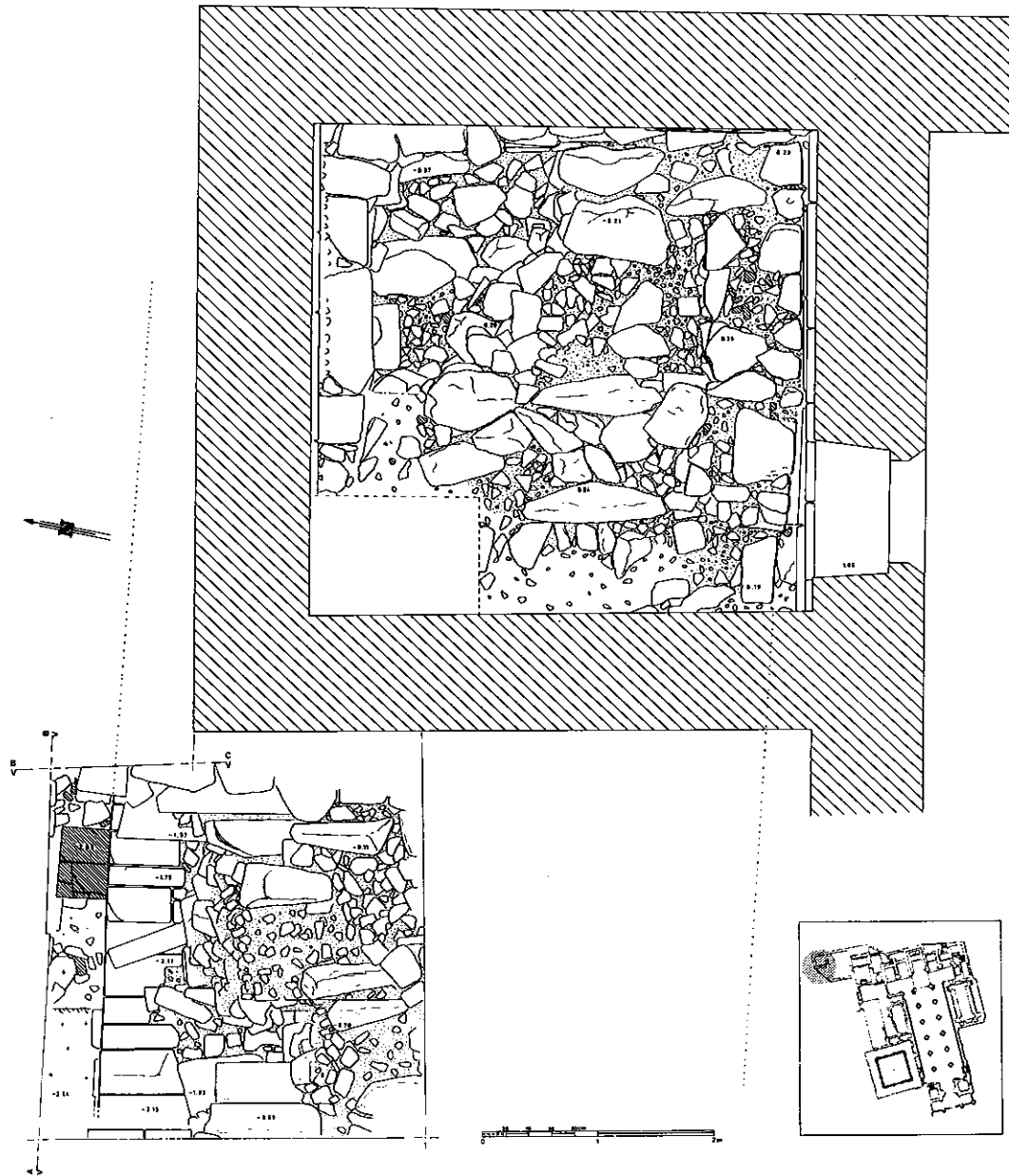


Fig. 3 – Planta das ruínas da muralha romana identificadas sob a torre da capela de Nossa Senhora da Glória.



Fig. 4 – Pormenor do aparelho construtivo da muralha romana, evidenciando-se o alinhamento da face externa, em silhares graníticos.

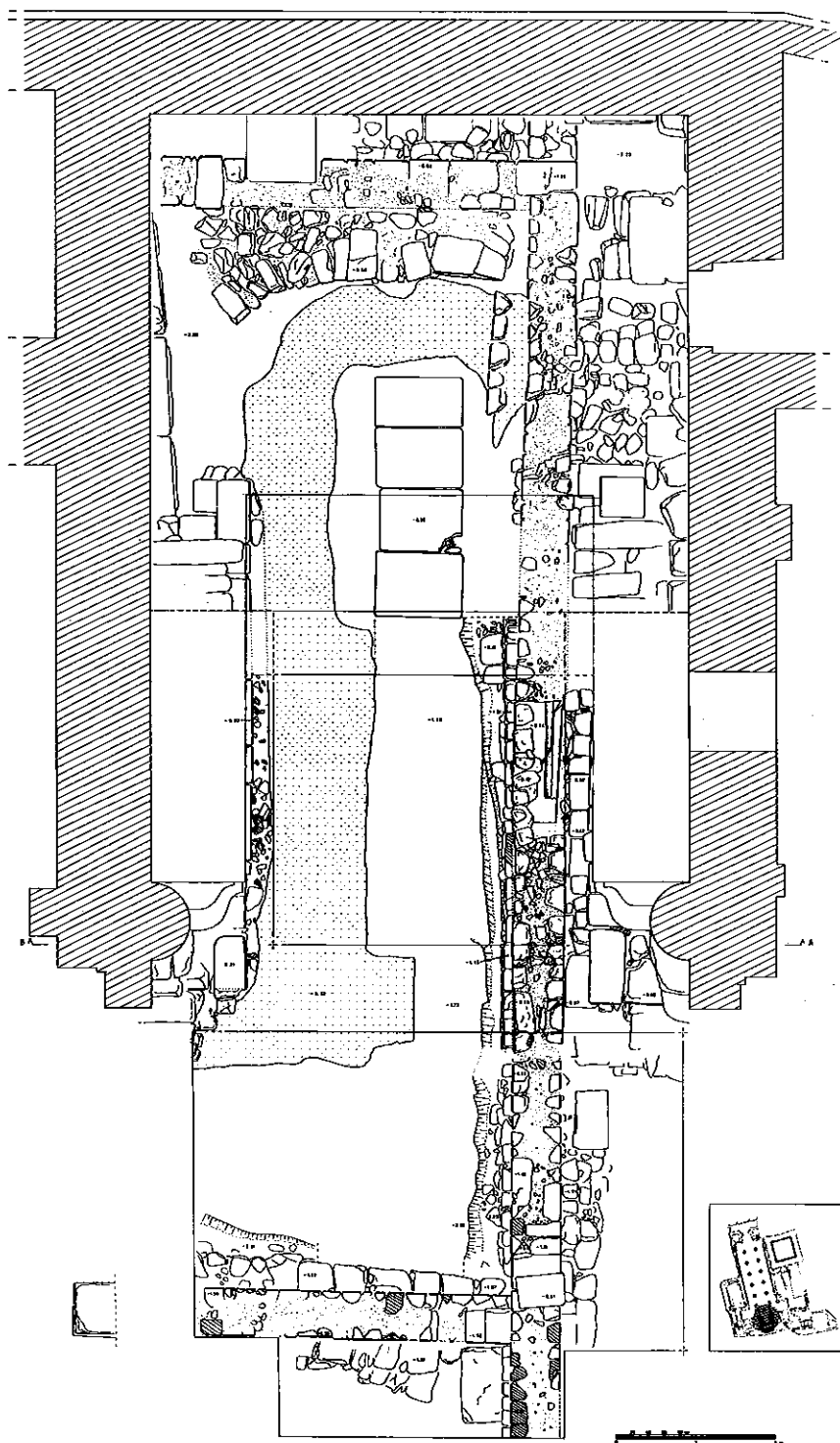


Fig. 5 - Planta geral das ruínas identificadas no subsolo da capela-mor e da quadra central do transepto.

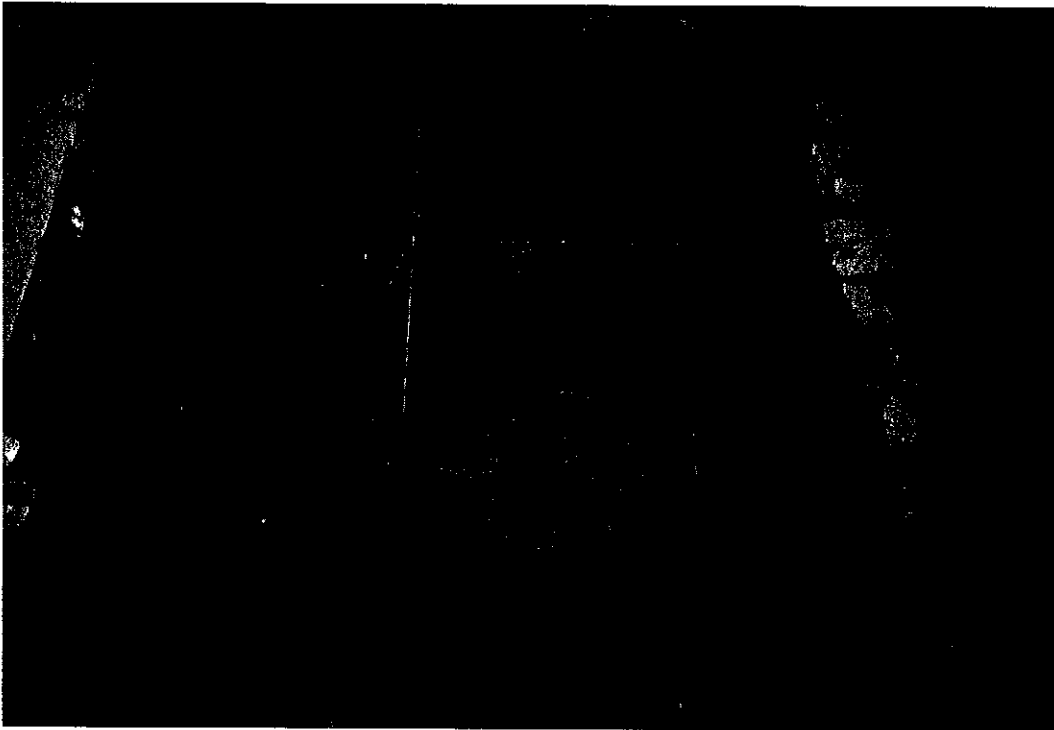


Fig. 6 – Aspecto parcial das escavações na metade poente da capela-mor percebendo-se, à esquerda, o pavimento de argamassa tipo opus signinum e, à direita, um muro de fundação romana com remodelações posteriores.

Est. VII

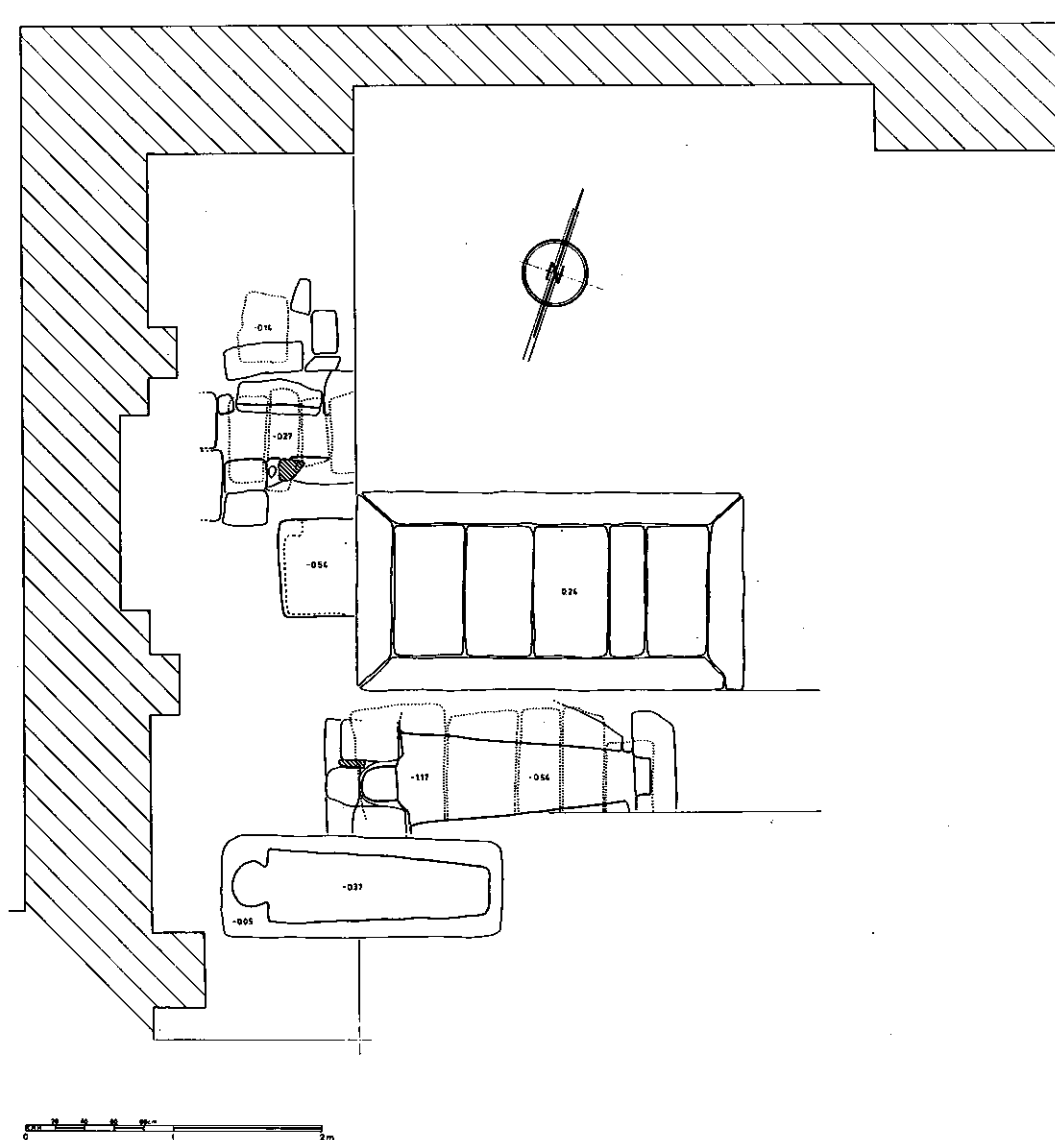


Fig. 7 - Planimetria de enterramentos no tramo setentrional do transepto, evidenciando diferentes tipos de sepulturas.



Fig. 8 – Enterramento em sarcófago de granito na zona Norte do transepto, durante a escavação.

Est. IX

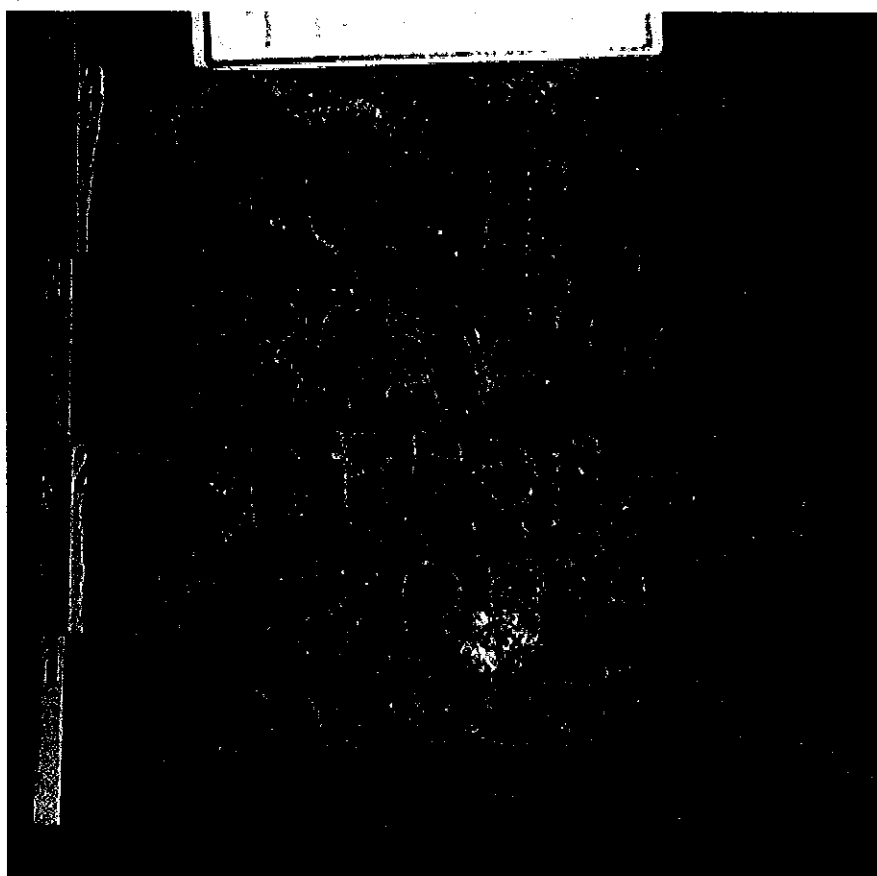


Fig. 10 – Planta das ruínas da fossa de modelagem e fundição de sinos identificada na nave colateral Norte.

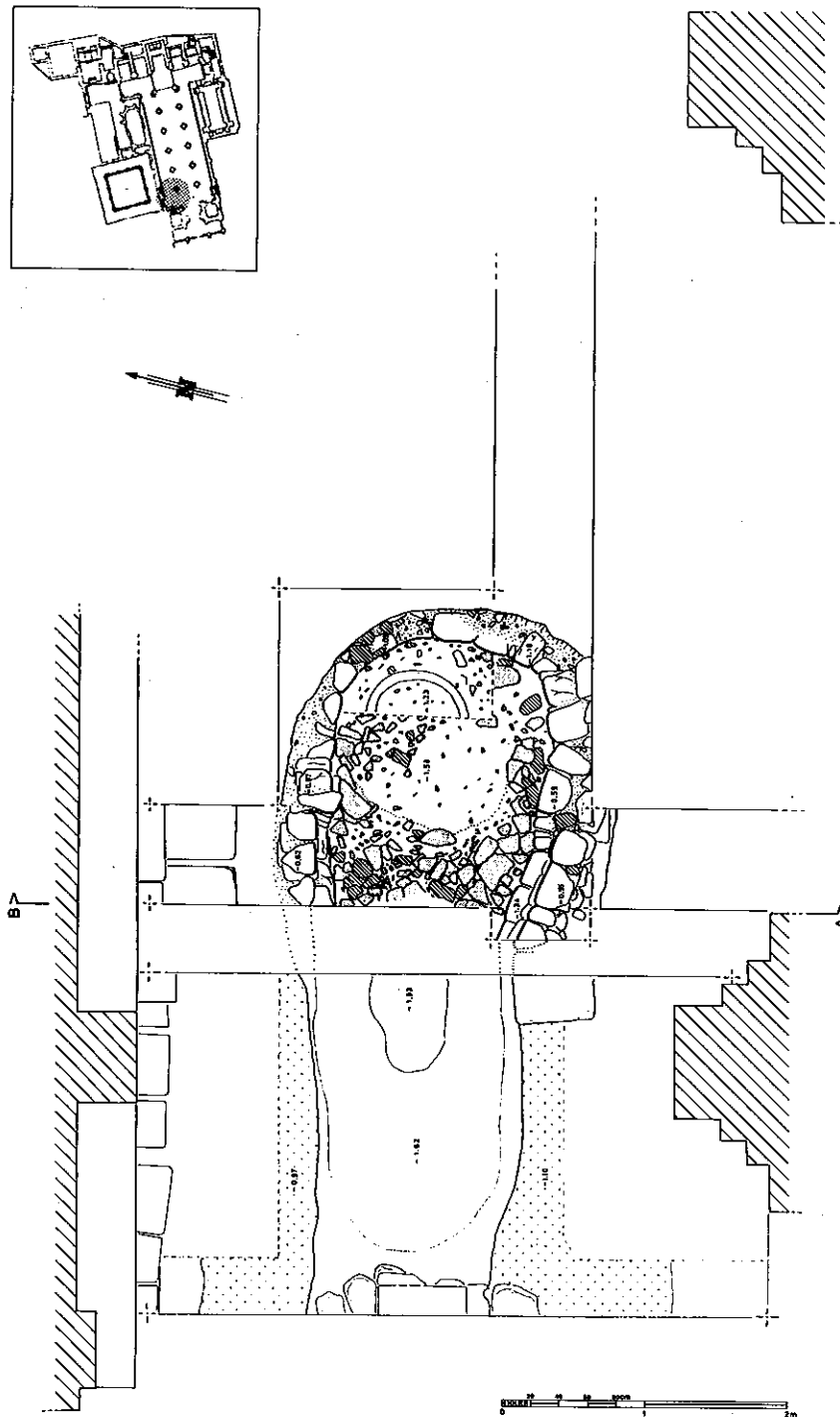


Fig. 10 – Planta das ruínas da fossa de modelagem e fundição de sinos identificada na nave colateral Norte.

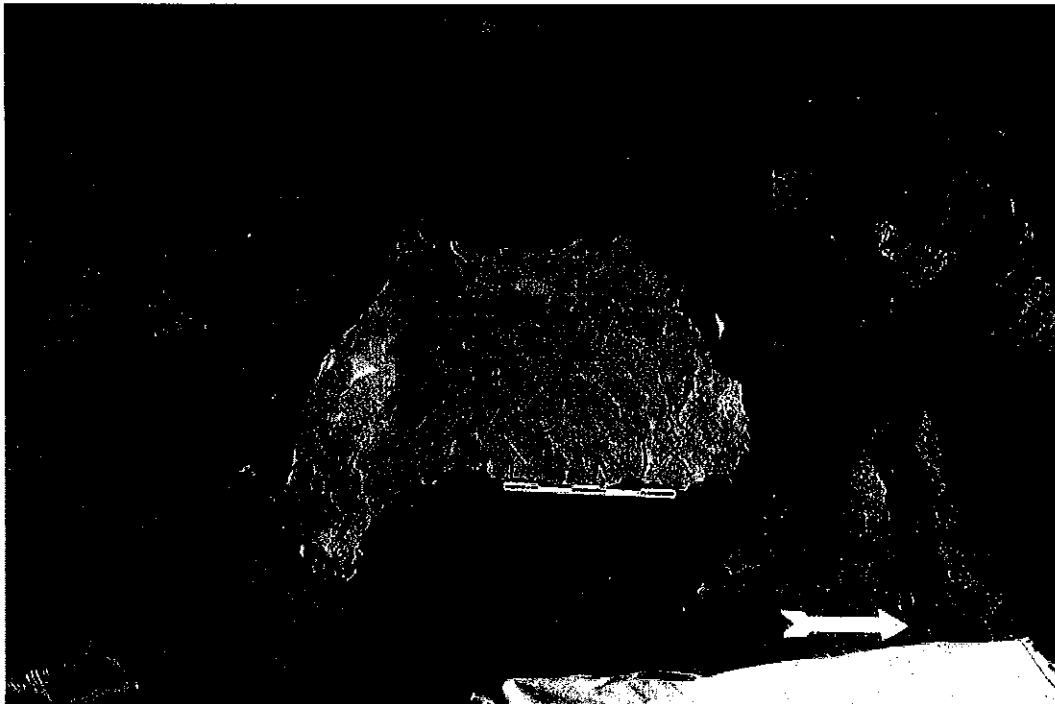


Fig. 11 – Perspectiva da metade nascente da fossa de modelagem e fundição de sinos.

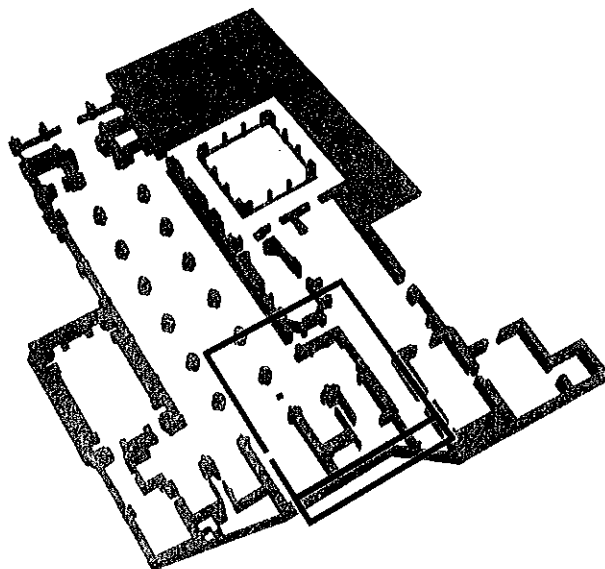


Fig. 12 – Proposta de restituição planimétrica parcial da edificação que terá existido entre os séculos IV-V / X-XI.

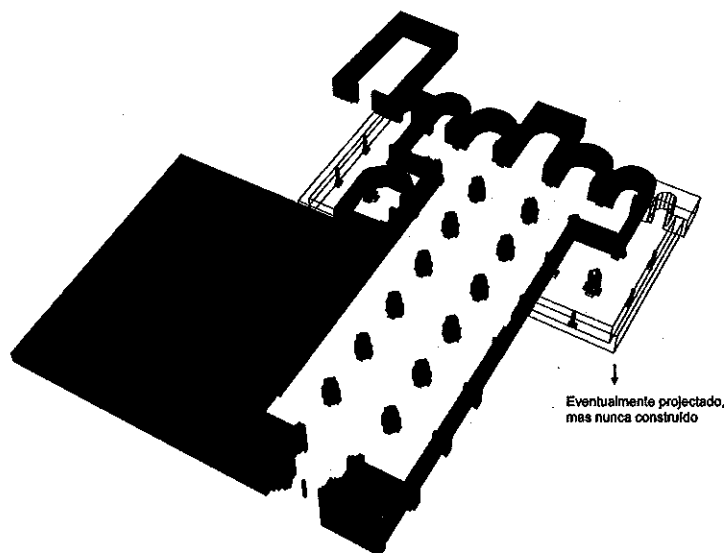


Fig. 13 – Proposta de restituição planimétrica da edificação românica da Sé de Braga, construída entre os séculos XI e XIII.

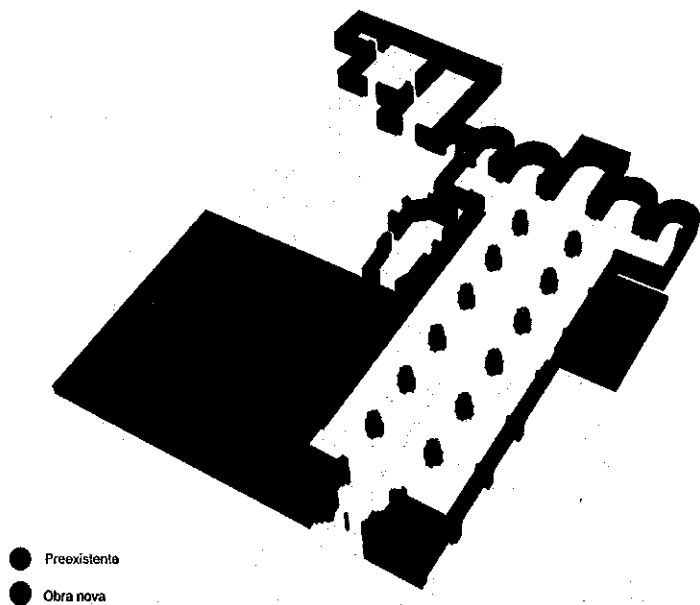


Fig. 14 – Proposta de restituição planimétrica da Sé de Braga, no século XIV.

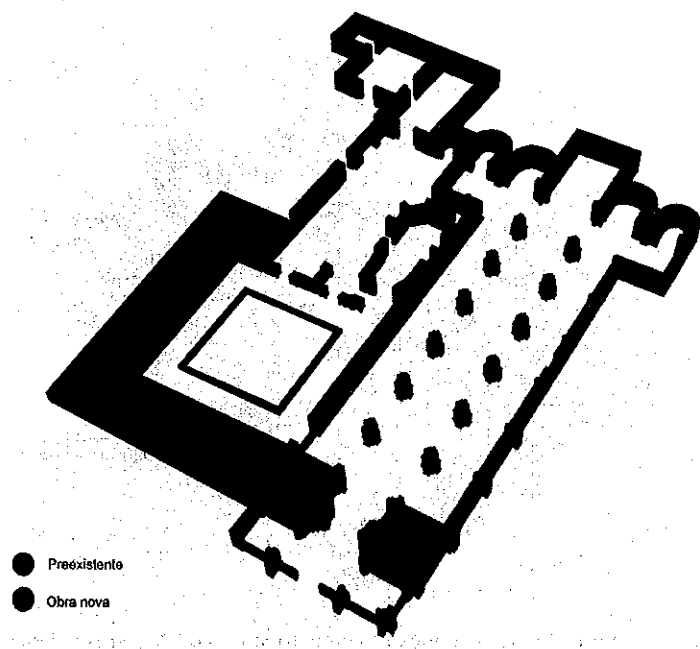


Fig. 15 – Proposta de restituição planimétrica da Sé de Braga, nos séculos XV-XVI.

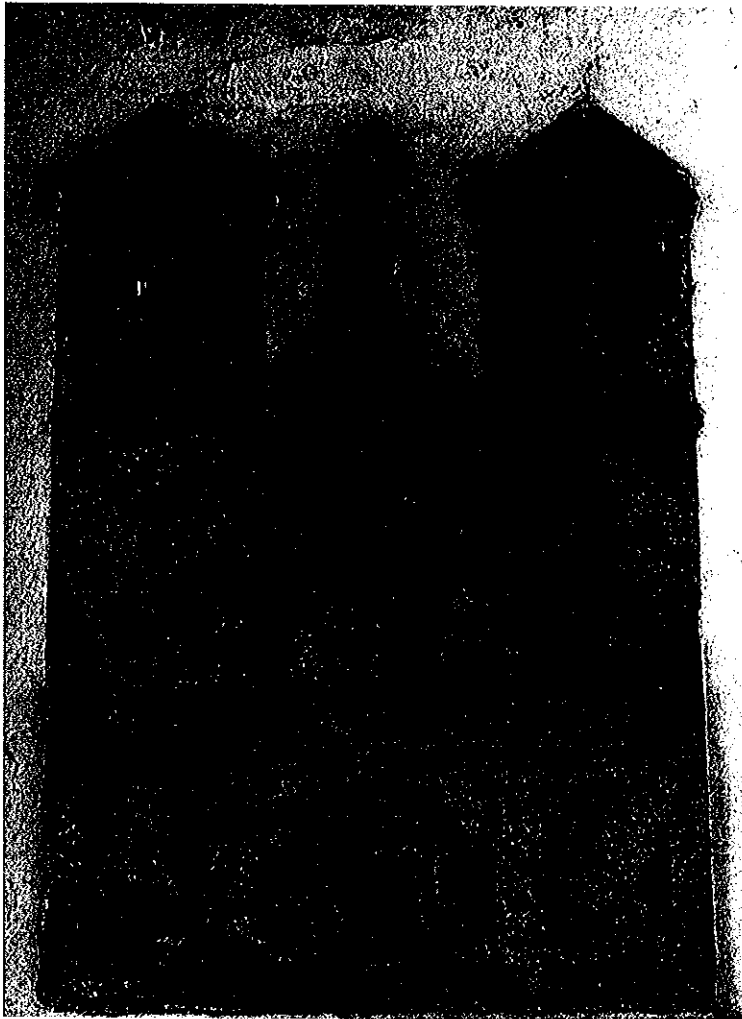


Fig. 16 – Baixo-relevo existente na Capela de São Lourenço, freguesia de Dume, representando a fachada seiscentista da Sé de Braga.

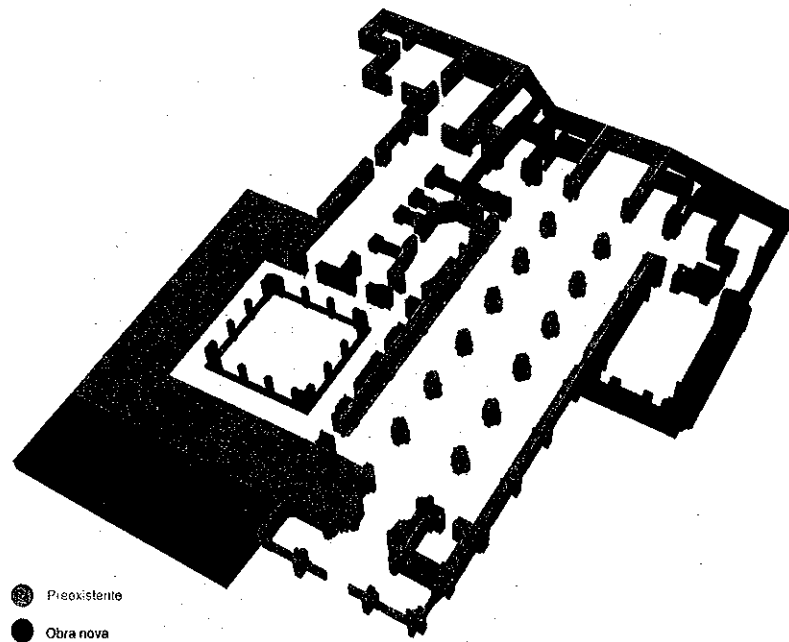


Fig. 17 – Proposta de restituição planimétrica da Sé de Braga, nos séculos XVII-XVIII e XIX.

Estudo de duas lucernas vidradas de época romana encontradas em *Bracara Agyvsta**

Rui MORAIS

Resumo:

Neste trabalho estudam-se duas lucernas de época romana onde foi aplicada a técnica pouco frequente do vidro de chumbo. A primeira corresponde a um fragmento vidrado em forma de cabeça de cavalo que servia de apêndice a uma lucerna *bilychne* do Tipo Loeschke I, a segunda a uma lucerna intacta de bico redondo e enquadrável no Tipo Bailey Piii.

Palavras-chave:

Bracara Agyvsta; Alto Império; Lucernas vidradas.

1. INTRODUÇÃO

Do conjunto de lucernas presentes em *Bracara Agyvsta* destacam-se duas lucernas romanas de importação onde foi aplicada a técnica pouco frequente do vidro de chumbo¹. Objectos de elevada qualidade pela sua originalidade e largamente difundidas no Império romano as lucernas vidradas são relativamente escassas² em comparação com o restante repertório morfológico das cerâmicas vidradas³ (Morillo Cerdán, 1996: 34).

Na verdade, o uso da técnica do vidro⁴, documentada na Mesopotâmia e Egipto pelo menos desde os inícios do III milénio (*id.*, 1999: 85), foi largamente utilizada em época

* Foram já motivo de publicação 17 lucernas de importação e de produção local pela Dra. Manuela Delgado (1989-90: 170-173) num artigo, publicado nos Cadernos de Arqueologia da Universidade do Minho, sobre "*As necrópoles de Bracara Augusta*".

¹ O revestimento vítreo conferido às lucernas proporcionava-lhes diversas vantagens, tanto funcionais como estéticas, dado que evitava a exsudação do azeite e dissimulava as irregularidades e imperfeições da superfície da peça (Morillo Cerdán, 1996: 36; *id.*, 1999: 86).

² O estudo realizado por Morillo Cerdán sobre "*Lucernas vidriadas de época romana en la península ibérica...*" (1996), permitiu constatar, para além da sua reduzida presença e estado muito fragmentado, uma maior concentração na costa catalã e no vale do Ebro.

³ Élvio Melim de Sousa, num estudo sobre cerâmica vidrada Romana proveniente de Tróia de Setúbal (1993-94: 361-362), refere, a partir da bibliografia consultada, o aparecimento em Portugal deste tipo de cerâmica em Monte do Farrobo (Aljustrel); Lobeira Grande (Beja); Conimbriga; Tróia de Setúbal; Paredes (Alenquer) e Alcácer do Sal. Em Espanha, M. Beltrán (1990) reúne um total de 36 escavações que forneceram cerâmica vidrada romana (*cfr.*, ainda, López Mullor, 1981: 203-204).

⁴ O processo de fabrico de cerâmicas vidradas foi já motivo de análise por vários autores: N. Toll, 1943: 1-4; F. Jones, 1945: 47; Charleston, 1955: 24; M. Ribas Bertran, 1965: 159; Alarcão, 1975: 96; López Mullor, 1981: 202; A. J. F. Quinteira, 1984: 108-109, Cuomo di Caprio, 1985: 97-103, 110-114; Casas i Genover e Merino i Serra, 1990: 139-155; Morillo Cerdán, 1996: 34-359; *id.*, 1999: 85).

helenística no Mediterrâneo Oriental⁵, em formas como pequenas tijelas com bordos encurvados, e no Egípto Ptolomaico⁶ seguindo a tradição de uma espécie de “faiança” vidrada adaptada para produzir vasos, alguns de tamanho e complexidade consideráveis, tendo em conta a natureza friável do material.

No mundo romano a produção de cerâmica vidrada imitando exemplares helenísticos inicia-se no Norte de Itália⁷ a partir da mudança de era e rapidamente se difunde nas províncias setentrionais onde surgem imitações no período tardo-augustano e tiberiano em centros produtores como Lyon e ateliers da Gália Central (*Lezoux, Vichy, Gannat, Saint-Rémy-en-Rollat*), e mais tarde nas províncias da *Britania, Germania e Panonia*, que se extinguem à roda dos sécs. II e III d. C. (Morillo Cerdán, 1996: 35; *id.*, 1999: 85).

No contexto hispânico os achados de Carmona e Palencia, todos eles datados da 2ª metade do séc. I, permitem constatar a existência de uma produção Bética. De acordo com López Mullor (1981: 204) esta produção estaria certamente associada à produção de paredes finas, iniciada a partir dos inícios do reinado de Cláudio (*vid.*, ainda, Morillo Cerdán, 1996: 35; *id.*, 1999: 85).

2. AS DUAS LUCERNAS VIDRADAS ENCONTRADAS EM BRACARA AVGVSTA

2.1. O FRAGMENTO DE LUCERNA LOESCHCKE III

Nas escavações recentemente retomadas na área Termal de *Bracara Avgvsta* encontrou-se na U.E. 130, correspondente a um entulhamento de um tanque feito nos finais do séc. I/inícios do séc. II e que inclui materiais de Augusto aos Antoninos, um fragmento vidrado em forma de cabeça de cavalo correspondente à parte superior que remata uma das volutas e que servia de apêndice a uma lucerna *bilychne* do Tipo Loeschcke III (Est. I). Ainda que não se conheçam muitas evidências arqueológicas para lucernas deste sub-tipo a grande maioria dos autores propõe uma origem Campaniense e Centro-Itálica mais do que uma origem na região micro-asiática (Bailey, 1980: 303; Morillo Cerdán, 1996: 37; *id.*, 1999: 86)⁸.

De acordo com um ponto de vista morfológico Morillo Cerdán (1996: 37) propõe, para este tipo característico de lucernas, uma cronologia respeitante à 1ª metade do séc. I, ainda que exemplares estratigrafados provenientes de Ampurias e Astorga se encontrem em contextos dos meados desse século. Da totalidade destas lucernas destaca-se um exemplar intacto datado do

⁵ Recentes análises permitiram identificar pelo menos três centros de produção na costa da anatólia, como por exemplo Tarso onde se acharam vestígios de fornos e moldes de *Skyphos* (López Mullor, 1981: 202; Morillo Cerdán, 1996: 35; notas: 12 e 13, p. 35).

⁶ No Egípto a cidade de Alexandria converteu-se num dos principais centros de produção deste tipo de cerâmica (Morillo Cerdán, 1996: 35; nota: 10, p. 35).

⁷ A produção de cerâmica vidrada está ainda documentada no período tardo-romano para o Norte da Itália (Morillo Cerdán, 1996: 35; nota: 16, p. 35).

⁸ Segundo Morillo Cerdán (1996: 37) a maioria dos exemplares daquele tipo com apêndices em forma de cabeça de cavalo sugere uma origem centro-italica dado que “*la mayoría se concentra en la región del Lacio y la Campania, com exportaciones esporádicas hacia puntos concretos del litoral mediterráneo, como Ampurias, Elche o Kertsch, y campamentos militares de cronología antigua, como Vindonissa o Astorga*”.

séc. I, proveniente de Pompeia e actualmente em depósito no Museu Nacional de Nápoles (Ziviello, 1989: fig. 13) que, segundo cremos, é idêntico ao fragmento encontrado nas Termas do Alto da Cividade (Est. II) e, como tal, testemunho de como outrora seria a lucerna correspondente ao pequeno fragmento encontrado na área Termal de *Bracara Avgvsta*.

2.2. A LUCERNA DO TIPO BAILEY P iii

Referida no já citado artigo de Ángel Morillo Cerdán (1996) está ainda presente em *Bracara Avgvsta* uma lucerna vidrada de bico redondo enquadrável no tipo Bailey P iii (1980: 314-316), encontrada numa cista (Fig. 1) pertencente à necrópole da via XVII, no espaço correspondente à actual Avenida da Liberdade (Est. III)⁹.

Ainda que na sua generalidade as lucernas de bico redondo tivessem tido um grande êxito difundindo-se, abundantemente e sem grandes alterações, por todas as regiões do

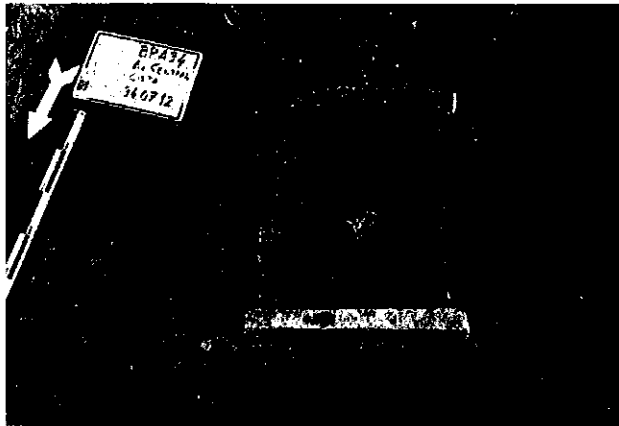


Fig. 1

império, desde a época flávia até finais da dinastia antonina, a informação cronológica precisa para as lucernas incluídas por Bailey no seu Tipo P é quase inexistente (*id.*, 1980: 314). Apesar desta lacuna, a grande maioria dos autores aponta, todavia, para uma cronologia que medeia as duas últimas décadas do séc. I e a 1.ª metade do séc. II (*id.*, *ibidem*)¹⁰.

A lucerna proveniente de Braga, de corpo largo e baixo produzida a molde, caracteriza-se por possuir um bico pequeno e arredondado, limitado por um segmento de recta, e apresenta na orla duas protuberâncias medianamente desenvolvidas à semelhança das lucernas conhecidas pela designação de *Firmalampen*¹¹. O disco, com um orifício de alimentação de tamanho médio que inclui a representação de duas serpentes, está separado da orla por duas molduras bem definidas.

A presença na orla de três ressaltos nos quais o vidro adquire uma tonalidade escura foi causada, muito provavelmente, por uma acumulação de revestimento vidrado no momento de fusão nos lugares onde se apoiava o tripode que separava as peças umas das outras, evitando assim que aderissem entre si durante o processo da cozedura.

⁹ O nosso agradecimento ao Dr. Armandino Cunha pela autorização concedida para a publicação desta lucerna proveniente de uma das suas escavações.

¹⁰ No seu catálogo Bailey (1980: 314) apresenta uma lucerna vidrada do mesmo tipo, inventariada com o n.º Q 1324, datada da 1ª metade do séc. II.

¹¹ Esta particularidade está também presente nas lucernas coríntias e áticas do mesmo tipo (Deneauve, 1969: 188).

À semelhança de outras lucernas vidradas testemunhadas no império, o fundo, que assenta numa base plana, possui a marca de oleiro CIVNDRAC frequentemente associada a produções de origem africana e itálica (Balil, 1984: 194; Morillo Cerdán, 1999: 57). Saliente-se, no entanto, que a presença na caligrafia da peça da letra “N” invertida permite, no caso presente, atribuir uma origem Bética para esta lucerna, provavelmente oriunda de uma das oficinas da baía gaditana (Balil, 1984: 194).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença em *Bracara Agyvsta* de duas lucernas vidradas de importação, escassas em todo o Império, testemunha a existência de um grupo cultural ou étnico concreto, disposto a pagar preços elevados pela sua aquisição. Esta presença, no contexto geral dos restantes materiais de importação encontrados na cidade, dá também testemunho de uma cidade que beneficiava de um intenso tráfego comercial marítimo e, em menor escala, terrestre, para prover-se de produtos, quer de necessidade básica, quer de grande qualidade, oriundos de diferentes centros produtores do Império.

CATÁLOGO

Est. I

Tipo Loeschcke III. Apêndice de lucerna *bilychne* em forma de cabeça de cavalo. O exame macroscópico à lupa binocular permite identificar nas superfícies da fractura uma pasta de cor rosada (5 YR 7/4), fina e dura, bem depurada e de boa qualidade. Inclusões de grãos de quartzo muito pequenos e bem calibrados e algumas partículas negras. Revestida por uma película vitrificada de cor verde muito bem conservada.

Espesura: 22 mm; Largura: 39 mm; Comprimento: 50 mm; Proveniência: BRA 98 Termas 183; Depósito M. D. D. S.; Número de inventário: 1520/98.

Est. II

Tipo Loeschcke III. Lucerna *bilychne* intacta.

Proveniente de Pompeia e em depósito no Museu Nacional de Nápoles.

Est. III

Tipo Bailey P iii. Lucerna intacta. Nalgumas ligeiras falhas do vidrado foi possível identificar, a partir do exame macroscópico à lupa binocular, uma pasta amarela esbranquiçada (10 YR 8/4), pouco dura ou mesmo branda e esponjosa. Possui inclusões de grãos de quartzo sub-angulosos, de pequenas dimensões e bem calibrados, e algumas partículas de hematite. Revestida por uma película vitrificada de cor verde muito bem conservada.

Marca: CIVNDRAC. Em nexa as letras V e N (invertida). Altura: 30 mm; Largura: 83 mm; Comprimento: 116 mm; Proveniência: Avenida Central; Depósito M. D. D. S.; Número de inventário: 899/94.

AGRADECIMENTOS

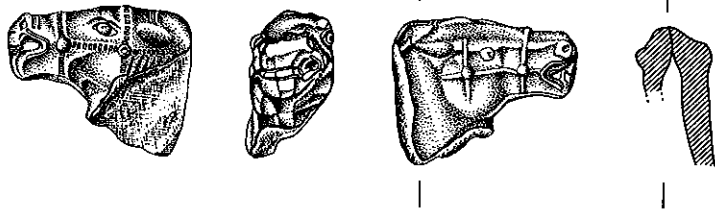
Fotografias: Manuel da Cunha Santos, Maria Perpétua Pinheiro Ferreira.

Desenhos: Amélia Maria Rodrigues Marques Fernandes, Maria das Dores Novais Pires.

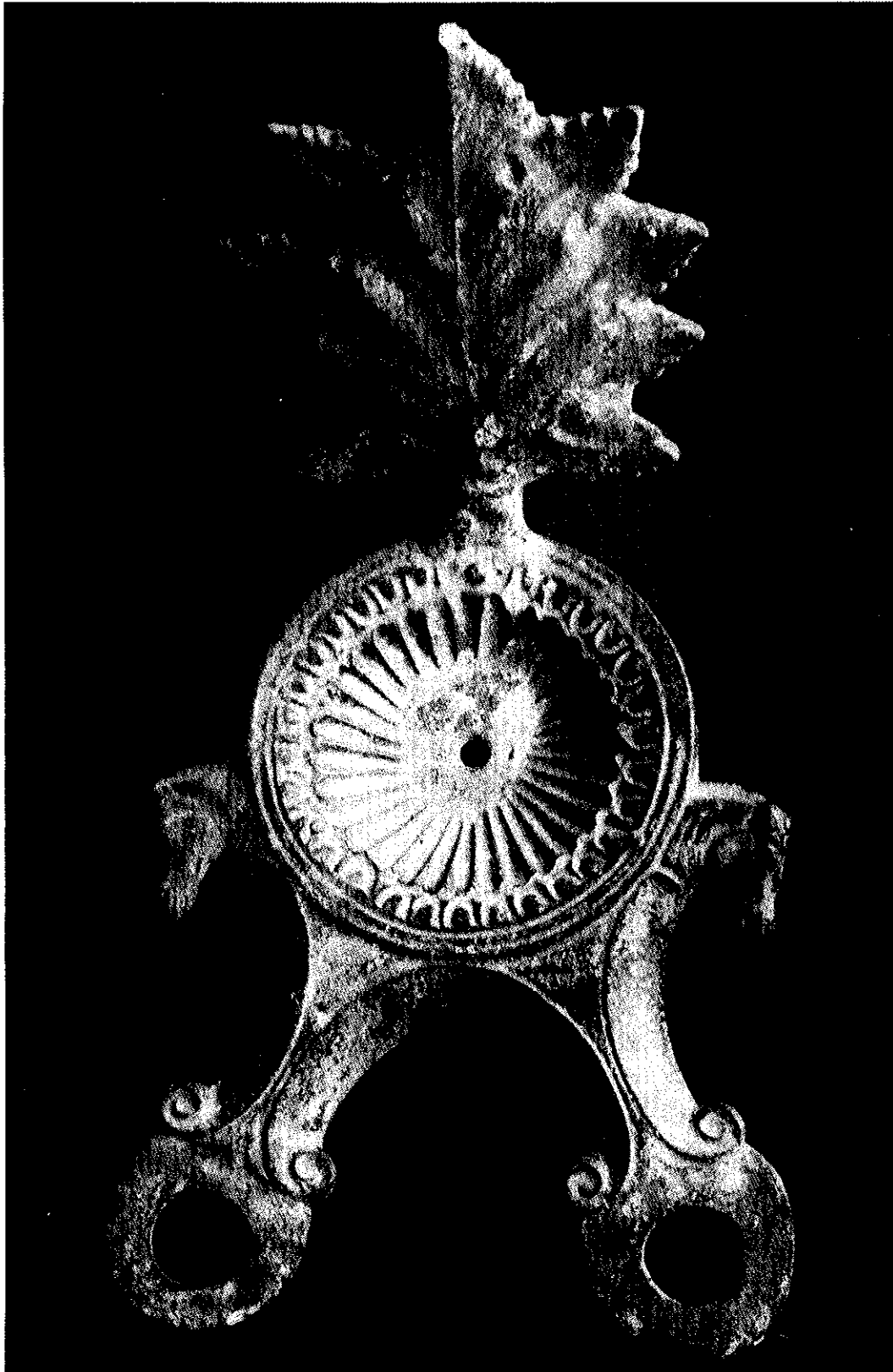
BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. (1976) – “Céramiques à glaçure plombifère”. *A propòs des céramiques de Conimbriga*, separata de *Conimbriga*, vol. XIV, Coimbra, 1975, 96.
- BAILEY, D. M. (1980) – *A Catalogue of the lamps in the British Museum, 2, Roman Lamps in Italy*, British Museum, Londres, 1980.
- BELTRÁN, M. (1990) – *Guía de la Cerámica Romana*, Zaragoza, 1990: 187-189; figs. 92-93.
- BURÓN ÁLVAREZ, M. (1997) – “El Trazado Urbano en las proximidades del Foro en Asturica Augusta. La casa del pavimento de *opus signinum*”, *Arqueología en Castilla y León*, 2, Junta de Castilla y León, Salamanca, 1997: 31; 35; 101, nº 183.
- CASAS i GENOVER, J. e MERINO i SERRA, J. (1990) – “Troballes de ceràmica vidriada d'època romana a les comarques costaneres de Girona”, *CYPSELA*, VIII, Girona, 1990, 139-155.
- CHARLESTON (1955) – *Roman Pottery*, Londres, 1955: 24.
- CUOMO DI CAPRIO, N. (1985) – “La ceràmica in archeologia”, *L'Erma di Bretschneider*, Roma, 1985, 97-103; 110-114.
- DENEAUVE, J. (1969) – *Lampes de Carthage*, Paris, 1969.
- JONES, F. F. (1945) – “Rhosica vasa”, *American Journal of Archaeology* (A. J. A.), XLIX, 1945: 45-51.
- LÓPEZ MULLOR, A. (1981) – “Notas para una clasificación de los tipos más frecuentes de la cerámica vidriada romana en Cataluña”, *Ampurias*, 43, Barcelona, 1981, 201-215.
- MARTINS, M. e DELGADO, M. (1989-90) – “As Necrópoles de Bracara Augusta”, *Cadernos de Arqueologia*, série II, 6-7, Braga, 1989-90, 170-173.
- MELIM DE SOUSA, Élvio (1993-94) – “Ceràmica vidrada romana proveniente de Tróia”, *Conimbriga*, vol. XXXII-XXXIII, Instituto de Arqueologia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 361-371.
- MORILLO CERDÁN, A. (1996) – “Lucernas vidriadas de época romana en la península ibérica. Dos ejemplares inéditos depositados en el Museo Arqueológico Nacional de Madrid”, *AUISEK* 2, 1996, 29-44.
- (1999) – “Lucernas romanas en la región septentrional de la península ibérica. Contribución al conocimiento de la implantación romana en Hispania”, *Monographies instrumentum*, 8/2, vol. I e II, Éditions Monique Mergoïl, Montagnac, 1999.
- QUINTEIRA, A. J. F. (1984) – “Duas peças de vidro verde achadas em Conimbriga”, *Conimbriga*, vol. XXIII, Instituto de Arqueologia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 105-111.
- RIBAS BERTRAN, M. (1965) – “Ceràmica vidriada romana en Mataró”, *Pyrenae*, I, 1965: 159.
- TOLL, N. (1943) – “The green glazed pottery”, *The excavations at Dura-Europos, Final Report*, IV, part. I, fasc. 1, New Haven, 1943: 1-4.
- ZIVIELLO, Carmen (1989) – “Le terrecotte invetriate”, *Le Collezioni del Museo Nazionale di Napoli*, De Luca Edizioni d'Arte Leonardo, Roma, 1989, 87-89; 202-205.

Est. I



Est. II



Est. III

